



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 10/2019.**

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N. 10/2019.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. [0001014-93.2019.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 31/2019**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 10/2019 (evento [0486187](#)), CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA ARMADA - OSTENSIVA, PREVENTIVA, DIURNA E NOTURNA À JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02, com sede na Rua Guiana, nº 2877, Bairro: Embratel, CEP: 76.820-749, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone (s): (62) 3923-5350/(61) 99294-8440, E-mail(s): [licitacao@rgvigilancia.com.br](mailto:licitacao@rgvigilancia.com.br); [wandrea.coelho@rgvigilancia.com.br](mailto:wandrea.coelho@rgvigilancia.com.br), neste ato representada pelo Senhor **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com a Autorização constante no Despacho n. 455/2022-GABDG, de 03/05/2022



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(evento [0821132](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente Termo Aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**Subcláusula Primeira** - Registrar a REPACTUAÇÃO de 10,56% (dez inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato n. 10/2019 (já inclusos os respectivos encargos legais), a contar de 01/03/2022, em face da homologação Convenção Coletiva de Trabalho SINTESV/RO – SINDESP/RO 2022/2024, conforme detalhamento abaixo e planilhas de composição de custos constantes no evento [0809018](#):

Reflexos da convenção coletiva de 2022/2024, para efeito desta repactuação:

1. Reajuste salarial de 10,80% (dez inteiros e oitenta centésimos por cento), passando o salário base do vigilante de R\$ 1.351,28 para R\$ 1.497,22, a ser aplicado a partir de 01 março de 2022, conforme Cláusula 4ª da CCT;
2. Elevação do custo com auxílio alimentação de R\$ 32,00 para R\$ 36,00, previsto no § 1º da Cláusula 12ª da CCT;
3. Elevação do custo mensal com Cesta Básica de R\$ 16,89 para 18,72, previsto na Cláusula 16ª da CCT;
4. Elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica de R\$ 11,29 para R\$ 12,51, previsto na Cláusula 44ª da CCT;
5. Elevação no custo com SESMT para R\$ 29,92, previsto na cláusula 35ª da CCT;
6. Alteração no custo do Seguro de Vida para R\$ 20,38, demonstrado no documento de evento [0807924](#);
7. Atualização no valor do Vale Transporte praticado no município de Porto Velho, de R\$ 3,80 para R\$ 4,05;
8. Alteração nos demais itens que compõem a planilha de custos e formação de preços, decorrente da aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre a remuneração ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DIFERENÇA VALORES MENSAIS ATUAIS E REPACTUAÇÃO 2022						
POSTO DE TRABALHO	VALORES ATUAIS			VALORES C/ REPACTUAÇÃO 2022		
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 4.957,93	R\$ 9.915,86	R\$ 29.747,58	<b>R\$ 5.480,90</b>	<b>R\$10.961,80</b>	<b>R\$ 32.885,40</b>
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.568,66	R\$ 11.137,32	R\$ 33.411,96	<b>R\$ 6.157,58</b>	<b>R\$12.315,16</b>	<b>R\$ 36.945,48</b>
TOTAL MENSAL		R\$ 21.053,18	R\$ 63.159,54		<b>R\$ 23.276,96</b>	<b>R\$69.830,88</b>
<b>DIFERENÇA R\$</b>						<b>R\$6.671,34</b>
<b>PERCENTUAL DE AUMENTO NO VALOR MENSAL DOS POSTOS:</b>						<b>10,56%</b>

Fonte: Informação n. 52/2022/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0809020](#)) do Processo Administrativo supramencionado.

**I** - Em decorrência da repactuação registrada neste Termo Aditivo, incidiu ao contrato o valor de **R\$ 25.128,71** (vinte e cinco mil cento e vinte e oito reais e setenta e um centavos), correspondente à atualização contratual de **1,35%** (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento), de acordo com o quadro abaixo:

ATUALIZAÇÃO DO CONTRATO 10/2020 COM REPACTUAÇÃO DE 2022 -

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CCT 2022/2024		
Valor Atual do Contrato		R\$ 1.861.027,10
Valor atual mensal dos postos	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2022	Valor do saldo atual do Contrato:
R\$ 63.159,54	3 meses e 23 dias	R\$ 237.900,93
Novo valor mensal dos postos c/ repactuação de 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2022	Valor atualizado do saldo do Contrato:
R\$ 69.830,88	3 meses e 23 dias	R\$ 263.029,65
VALOR DA REPACTUAÇÃO DE 2022		R\$ 25.128,71
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		1,35%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2022		R\$ 1.886.155,81

Fonte: Informação n. 52/2022/ SEAP- Seção de Administração Predial (evento [0809020](#) do Processo Administrativo supramencionado.

**Subcláusula Segunda - PRORROGAR** o prazo de vigência do Contrato nº 10/2019 (evento [0486187](#)) por mais 30 (trinta) meses, a contar de 24/06/2022 até 23/12/2024, conforme detalhamento na Cláusula Segunda deste instrumento.

**Subcláusula Terceira** - As planilhas de composição de custos referentes à repactuação 2022/2024 e à Prorrogação Contratual constam, respectivamente, nos eventos [0809018](#) e [0809019](#) do Processo Administrativo respectivo.

**DO VALOR****(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor TOTAL deste termo aditivo é de **R\$ 2.088.945,71** (dois milhões, oitenta e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e um centavos), correspondente ao somatório do

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

impacto/atualização da repactuação 2022, no importe de **R\$ 25.128,71** (Cláusula Primeira, Subcláusula Primeira, inciso I, deste instrumento) e do impacto da Prorrogação do Contrato supramencionado, no importe de **R\$ 2.063.817,00** (dois milhões, sessenta e três mil oitocentos e dezessete reais (Cláusula Primeira, Subcláusula Segunda, deste instrumento)), de acordo com os ajustes no Módulo 3 - Provisão para Rescisão - das planilhas de custos e formação de preços propostos pela Unidade Gestora e anuência da Contratada (evento [0807927](#)), conforme a seguir detalhado:

**1. IMPACTO SOBRE O CONTRATO DECORRENTE DA REPACTUAÇÃO CCT 2022 E PRORROGAÇÃO:**

DIFERENÇA VALORES MENSAIS - REPACTUAÇÃO X PRORROGAÇÃO							REDUÇÃO
POSTO DE TRABALHO	VALORES REPACTUAÇÃO			VALORES PARA PRORROGAÇÃO			
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.480,90	R\$10.961,80	R\$ 32.885,40	R\$ 5.400,88	R\$10.801,76	R\$ 32.405,28	R\$480,12
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 6.157,58	R\$12.315,16	R\$ 36.945,48	R\$ 6.064,77	R\$12.129,54	R\$ 36.388,62	R\$556,86
TOTAL MENSAL		R\$ 23.276,96	R\$ 69.830,88		R\$ 22.931,30	R\$68.793,90	R\$1.036,98



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VALOR PARA 30 MESES	R\$2.094. 926,40			R\$2.063. 817,00	R\$31.1 09,40
Percentual de redução: 1,48%					

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário), é de R\$ 1.886.155,81, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.

**CLÁUSULA QUARTA** – A Contratada deverá apresentar fatura complementar contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação à repactuação registrada neste instrumento.

**CLÁUSULA QUINTA** – As despesas com a execução do presente instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, mediante reforço da Nota de Empenho principal (2022NE0000144), caso necessário.

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA**- Nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, para assegurar a plena execução do presente ajuste a Contratada deverá oferecer, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura deste instrumento, complementação e renovação da GARANTIA, no valor de **R\$ 104.447,28** (cento e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor TOTAL deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade de 3 (três) meses após o término da nova vigência contratual, nos moldes estabelecidos no contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Décima Oitava do Contrato supramencionado, no art. 65, II, “d”, da Lei n. 8.666/93, no art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/2018, no Acórdão TCU n. 1563/2004 e no art. 53 e seguintes, da Instrução Normativa n. 05/2017/SLTI/MPOG e com fundamento no art. 57, II, da Lei 8666/93 e na Cláusula Sétima do Contrato Administrativo nº 10/2019 (quanto à Prorrogação).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA** - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA NONA** - O extrato deste Termo Aditivo será publicado no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o Presente Termo Aditivo mediante assinatura pelo Sistema Eletrônico de Informação - SEI, na presença das testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 5 de maio de 2022.

<b>LIA MARIA ARAÚJO</b>	<b>GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE</b>
-------------------------	------------------------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>OLIVEIRA</b> Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva Testemunha	Aldací Souza Mota Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO N.  
10/2019/TRE-RO****HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos  
aditivos/apostilas:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo/apostila em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)</b>
Contrato n. 10/2019 (assinado em 11/12/2019) – Volume VIII do PA (evento n. <a href="#">0486187</a> )  Vigência de 30 meses, a contar de 23/12/2019.  Valor: R\$ 1.785.099,60. (Garantia: R\$ 89.254,98)	R\$ 1.785.099,60	-
Apostila n. 01 (assinada em 22/12/2020) – Volume IX do PA (evento n. <a href="#">0643926</a> ).  Repactuação CCT 2020/2022 (4,25% sobre o valor mensal dos postos, a contar de 01/10/2020).  Valor: R\$ 75.927,50 (Garantia: R\$ 3.796,37)	R\$ 75.927,50	-



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Termo Aditivo n. 01 (assinado em ____/05/2022) – Volume XI do PA (evento n. <a href="#">0824578</a> ).  1. Repactuação CCT 2022/20242 (10,56% sobre o valor mensal dos postos, a contar de 01/03/2022), Valor: R\$ 25.128,71; e  2. Prorrogação por mais 30 meses, a contar de 24/06/2022 a 23/12/2024. Valor total: R\$ 2.063.817,00  (Garantia: R\$ 104.447,28)	R\$ 2.088.945,71	-
---	------------------	---

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

<b>VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS CÔMPUTO DE EVENTUAIS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 1.886.155,81
<b>PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR INICIAL ATUALIZADO CONTRATO</b> – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **GLAUCO SEBASTIAN TAVARES DE OLIVEIRA**, Usuário Externo, em 05/05/2022, às 16:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, Diretora Geral, em 05/05/2022, às 18:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 06/05/2022, às 07:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, Chefe de Seção, em 06/05/2022, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0824578** e o código CRC **317DF819**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO Nº 52/2022 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP**

De: SEAP

Para: GABSAOFC/SAOFC

Referência: Contrato n. 10/2019 – Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa RG Segurança e Vigilância Ltda - Repactuação de preços do ano de 2022 e Prorrogação Contratual

Senhor Secretário,

Esta Infomação tem como objetivo iniciar instrução processual para a Repactuação do ano de 2022 e para a Prorrogação do contrato em epígrafe. Assim sendo, os assuntos serão divididos em dois tópicos distintos, a seguir pontuados:

**Tópico 1 - Pedido de Repactuação do ano de 2022 - CCT 2022/2024 - a partir de 01/03/2022**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por meio do documento denominado Ofício SEDE n. 129/2022 (evento [0807879](#)) a empresa RG registrou pedido de Repactuação nos preços do contrato 10/2019, enviado pelo e-mail de evento [0807879](#), tendo em vista a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT 2022/2024, com vigência para o período de 01/03/2022 a 28/02/2024 e data-base da categoria em 1º de março, que contempla as seguintes majoração em rubricas de custos com pessoal:

- a) Reajuste salarial de 10,80% (dez vírgula oitenta por cento), passando o salário base do vigilante de R\$ 1.351,28 para R\$ 1.497,22, a ser aplicado **a partir de 01 março de 2022**, conforme Cláusula 4ª da CCT ;
- b) Elevação do custo com auxílio alimentação de R\$ 32,00 para R\$ 36,00, previsto no § 1º da Cláusula 12ª da CCT;
- c) Elevação do custo mensal com Cesta Básica de R\$ 16,89 para 18,72, previsto na Cláusula 16ª da CCT;
- d) Elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica de R\$ 11,29 para R\$ 12,51, previsto na Cláusula 44ª da CCT;
- e) Elevação no custo com SESMT para R\$ 29,92, previsto na cláusula 35ª da CCT;
- f) Alteração no custo do Seguro de Vida para R\$ 20,38, demonstrado no documento de evento [0807924](#);
- g) Atualização no valor do Vale Transporte praticado no município de Porto Velho, de R\$ 3,80 para R\$ 4,05.

Junto ao pedido de repactuação a contratada encaminhou as Planilhas de Custo e Formação de Preços atualizadas dos postos de vigilância 12X36h diurno e 12X36h noturno (evento [0807920](#)), bem como a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 (evento [0807923](#)), não havendo nenhum reparo a ser feito por esta unidade gestora, que concorda com os cálculos e valores apresentados.

Cabe registrar que as alterações nas planilhas das rubricas majoradas pela Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 implicam em alteração dos valores das demais rubricas devido à aplicação de percentuais relativos a encargos sociais e carga tributária sobre o salário base ou sobre a soma deste com insumos, despesas administrativas, lucro.

Assim sendo, os valores dos postos de vigilância, com a repactuação pretendida, passarão dos valores atuais vigente para os valores demonstrados na planilha abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DIFERENÇA VALORES MENSAIS ATUAIS E REPACTUAÇÃO 2022**

POSTO DE TRABALHO	VALORES ATUAIS			VALORES C/ REPACTUAÇÃO	
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS POSTOS 3	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL POR POSTO
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 4.957,93	R\$ 9.915,86	R\$ 29.747,58	<b>R\$ 5.480,90</b>	<b>R\$10.961,80</b>
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.568,66	R\$ 11.137,32	R\$ 33.411,96	<b>R\$ 6.157,58</b>	<b>R\$12.315,16</b>
TOTAL MENSAL		R\$ 21.053,18	R\$ 63.159,54		<b>R\$ 23.316,96</b>

**DIFERENÇA R\$****PERCENTUAL DE AUMENTO NO VALOR MENSAL DOS POSTOS:**

Pelos valores acima apresentados verifica-se que a repactuação de 2022 provocará um aumento na ordem de 10,56% (dez vírgula cinquenta e seis por cento) no valor mensal dos postos de vigilância, assim como no valor mensal do contrato.

Como consequência, **o valor total do contrato sofrerá atualização de 1,35% (um vírgula trinta e cinco por cento)**, conforme demonstrativo apresentado na tabela a seguir:

ATUALIZAÇÃO DO CONTRATO 10/2020 COM REPACTUAÇÃO DE 2022 - CCT 2022/2024		
Valor Atual do Contrato		R\$ 1.861.027,10
Valor atual mensal dos postos	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2022	Valor do saldo atual do Contrato:
R\$ 63.159,54	3 meses e 23 dias	R\$ 237.900,93



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Novo valor mensal dos postos c/ repactuação de 2020	Meses faltantes p/ execução em 01/03/2022	Valor atualizado do saldo do Contrato:
R\$ 69.830,88	3 meses e 23 dias	R\$ 263.029,65
VALOR DA REPACTUAÇÃO DE 2022		R\$ 25.128,71
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR DO CONTRATO:		1,35%
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO COM REPACTUAÇÃO DE 2022		R\$ 1.886.155,81

Considerando que a repactuação pleiteada é retroativa a **1º de março de 2022**, haverá uma diferença a ser paga à contratada, referente aos meses março de 2022 até a data de sua formalização, cuja liquidação se dará após comprovação de que a empresa já está pagando à mão de obra vinculada ao contrato os novos valores da CCT.

No evento [0809018](#) constam as planilhas de custos e formação de preços da repactuação pleiteada.

**Tópico 2 - Prorrogação Contratual - de 24/06/2022 a 24/12/2024**

Considerando que o contrato em epígrafe terá sua vigência expirada em 23/12/2022 e poderá ser prorrogado, a critério da Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/1993 e conforme estabelecido em sua Cláusula Sétima;

considerando a necessidade de tais serviços no âmbito desta Justiça Eleitoral, nos moldes e quantitativo contratados;

considerando que tais serviços são de caráter contínuo e estão sendo prestados a contento pela empresa contratada;

considerando que após ser consultada a contratada **manifestou interesse** na prorrogação do contrato, conforme documentos de eventos n. [0802750](#), [0802751](#), [0807927](#) e [0808044](#);

considerando que a empresa contratada concordou com ajustes nos índices do Módulo 3 - Provisão para Rescisão - das planilhas de custos e formação de preços, proposto por esta unidade no e-mail de evento [0807927](#), consistente na retirada ou redução de custos que já estarão amortizados ou



# **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reduzidos ao final dos 30 meses iniciais do contrato, tendo como consequência a redução no valor mensal do contrato;

esta unidade **sugere a prorrogação do mencionado contrato pelo mesmo período inicialmente contratado, de 30 (trinta) meses, ou seja, de 24/06/2022 a 24/12/2024**, completando-se assim os 60 meses permitidos na Lei 8.666/1993.

O valor da prorrogação sugerida será de **R\$ 2.063.817,00** (dois milhões, sessenta e três mil e oitocentos e dezessete reais), já considerando os valores da repactuação de 2022 tratada no Tópico 1 desta Informação e a já mencionada redução do valor do contrato provocada pelos ajustes no Módulo 3 - Provisão para Rescisão - das planilhas de custos e formação de preços, conforme demonstrado na tabela a seguir:

DIFERENÇA VALORES MENSAIS - REPACTUAÇÃO X PRORROGAÇÃO						
POSTO DE TRABALHO	VALORES REPACTUAÇÃO			VALORES PARA PRORROGAÇÃO		
	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS	VALOR MENSAL POR VIGILANTE	VALOR MENSAL DE 1 POSTO	VALOR MENSAL DOS 3 POSTOS
Vigilante diurno (com 2 vigilantes)	R\$ 5.480,90	R\$10.961,80	R\$ 32.885,40	R\$ 5.400,88	R\$10.801,76	R\$ 32.403,52
Vigilante noturno (com 2 vigilantes)	R\$ 6.157,58	R\$12.315,16	R\$ 36.945,48	R\$ 6.064,77	R\$12.129,54	R\$ 36.388,92
TOTAL MENSAL		R\$ 23.276,96	R\$ 69.830,88		R\$ 22.931,30	R\$ 68.792,44
VALOR PARA 30 MESES			R\$2.094.926,40			R\$2.063.817,00
Percentual de redução: 1,48%						

No evento [0809019](#) constam as planilhas de custos e formação de preços da prorrogação contratual pretendida.

**Da vantajosidade da prorrogação:**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Baseado no Acórdão nº 1214/2013-TCU – Plenário e bem assim o disposto no Anexo IX da Instrução Normativa 05/2017 SEGES/MPDG, não foi realizada pesquisa de mercado para demonstração da vantajosidade da prorrogação, pois tais normativos apresentam as seguintes regras, que se aplicam ao contrato em epígrafe (Vigilância):

*“A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:*

*a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;*

*b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).”*

Além da vantajosidade já assegura pelos dispositivos acima citados, cabe ressaltar a redução de custos não renováveis no Módulo 3 (provisão para rescisão de contrato de trabalho da mão de obra) das planilhas de custos e formação de preços, custos esses que deverão ser integrais em contratações iniciais.

Por fim, informo que tanto para a repactuação quanto para a prorrogação não haverá necessidade de reforço na Nota de Empenho n. 2022NE0000144, cujo saldo é suficiente para custeio da despesa no exercício de 2022.

Segue os autos para análises e deliberações superiores.

Atenciosamente,

---





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **JAIDÊ RABELO BENTO**, **Chefe de Seção**, em 31/03/2022, às 10:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0809020** e o código CRC **303CF72F**.



### **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contrato n. 10/2019 – Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa RG Segurança e Vigilância Ltda. - Repactuação de preços do ano de 2022 e prorrogação contratual

### **PARECER JURÍDICO Nº 2 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

#### **I – DO RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de vigilância armada e ostensiva diurna e noturna a serem executados nas unidades da Justiça Eleitoral localizadas na cidade de Porto Velho/RO, materializada no Contrato n. 10/2020 ([0486187](#)), com a empresa **RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 13.019.295/0006-02.

**02.** O referido contrato tem vigência inicial por um período de 30 meses e o interesse na prorrogação veio aos autos por notificação, realizada pela Coordenadoria de Serviços Gerais - COSEG à representante da Contratada ([0808044](#)), solicitando que a empresa manifestasse seu interesse em prorrogar o contrato vigente por mais 30 meses, tendo em vista





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o término do referido contrato ocorrerá em 23/06/2022. Por e-mail, a contratada manifestou-se favoravelmente à prorrogação do contrato ([0802750](#) e [0802751](#)).

**03.** No decorrer das tratativas quanto aos valores referentes à prorrogação, a empresa concordou com os cálculos apresentados pela SEAP e solicitou a repactuação baseada na nova Convenção Coletiva de 2022/2024, RO000033/2024 ([0807877](#) e [0807879](#)). Apresentou, ainda, a referida **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2022/2023** ([0807923](#)) e planilhas de custos e formação de preços ([0807920](#)).

**04.** A Seção de Administração Predial – SEAP, unidade gestora do contrato em comento, mediante Informação nº 52/2022 ([0809020](#)), reporta acerca das tratativas para a prorrogação contratual e a solicitação de repactuação feita pela contratada. Informa, ainda, que, após analisar as planilhas de custos apresentadas pela contratada, concorda com os cálculos e valores apresentados, não havendo nenhum reparo a ser feito por aquela unidade gestora.

**05.** Noticiou, também, que, devido a repactuação pretendida - em razão da alteração dos salários, do benefício do auxílio-alimentação, elevação do custo da cesta básica, elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica, elevação no custo com SESMT, alteração no custo do Seguro de Vida e atualização no valor do Vale Transporte praticado no município de Porto Velho, todos previstos na convenção coletiva de trabalho 2022/2024, - **o valor mensal da prestação dos serviços contratados passará** dos atuais R\$ R\$ 1.861.027,10 (um milhão oitocentos e sessenta e um mil reais, vinte e sete reais e dez centavos) para R\$ R\$ 1.886.155,81 (um milhão oitocentos e oitenta e seis mil, cento, cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos), acarretando um aumento de **10,56% (dez vírgula cinquenta e seis por cento) no valor mensal** do serviço contratado. Consequentemente, o valor da contratação deverá sofrer uma **atualização de 1,35% (um vírgula trinta e cinco)**. Por fim, a unidade gestora sugeriu **a prorrogação pelo prazo de 30 meses, completando assim os 60 meses permitidos e limitados pela Lei 8.666/93**; apresentou memória de cálculo do período a ser prorrogado ([0809019](#)) e informou que não será necessário o reforço da Nota de Empenho.

**06.** O Secretário da SAOFC, por meio do Despacho nº 567/2022 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0809041](#)), o encaminhou os autos à Seção de Contratos - SECONT, para elaboração da minuta de termo aditivo e, após, à Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer jurídico.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Por sua vez, a SECONT juntou aos autos a minuta de Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 10/2019 ([0812075](#)).

**08.** Na sequência, os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica para análise quanto à possibilidade jurídica da repactuação, prorrogação contratual e apreciação da minuta citada. **É o necessário relato.**

## **II – DA REPACTUAÇÃO**

**09.** Várias são as orientações da Corte de Contas Nacional a respeito das repactuações de contratos de prestação de serviços contínuos, a exemplo dos entendimentos constantes dos Acórdãos TCU nº 474/2005-Plenário e nº 1563/2004-Plenário.

**10.** Veja-se, ainda, o art. 55 da IN SLTI/MPOG n. 05/2017:

Art. 55 - O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas constante do ato convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

**11.** Assim, de acordo com a análise técnica da unidade gestora do contrato, inclusive com relação aos cálculos, é aplicável a regra da repactuação registrada no **Contrato Administrativo nº 10/2019**, o qual previu expressamente as situações de repactuação do ajuste nas hipóteses de majoração dos valores de mão de obra – além de outros componentes do custo do contrato, a exemplo dos insumos, conforme registrado na sua **Cláusula Décima Oitava** ([0486187](#)).

**12.** Dessa forma, por se tratar de **requerimento de repactuação** fundado em majoração decorrente de elevação dos custos de mão de obra, incluindo auxílio alimentação, elevação do custo da cesta básica, elevação do custo com Contribuição para Assistência Médica, elevação no custo com SESMT, alteração no custo do Seguro de Vida e atualização no valor do Vale Transporte praticado no município de Porto Velho, **todos em razão de CCT efetivamente demonstrada na solicitação de repactuação** ([0807879](#)), bem como na análise da unidade



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

gestora da contratação ([0809020](#)), situação prevista expressamente pelo **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18**, pelo **Acórdão Plenário TCU 1.563/04** e pelo **art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, esta Assessoria Jurídica entende que estão presentes os requisitos para o deferimento da repactuação pleiteada, ademais lastreados por cláusula contratual.

**13.** Deferida a repactuação aqui analisada, entendemos que os valores contratados devem ser atualizados desde **1º/03/2022**, para os postos de trabalho constantes do contrato originário. Isso porque o pedido fundamenta-se na CCT 2022/2024 da categoria, com plena vigência desde a mencionada data até 28/02/2024, conforme sua Cláusula 1ª ([0807923](#)). Nesse compasso, os períodos estão albergados pela regra permissiva do **art. 58, III, da IN MPOG/SLTI nº 005/17**, disposição analogicamente integrante do contrato celebrado pelas partes, *in verbis*:

Art. 58 - Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas da seguinte forma:

I - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação, como regra geral;

II - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade e para concessão das próximas repactuações futuras; ou

III - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**14.** *In casu*, para os serviços prestados até a presente data, a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação, na forma prevista no parágrafo único do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, *verbis*:

**Parágrafo único.** Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente. (sem grifo no original)

### **III – DA PRORROGAÇÃO**

**15.** Conforme relatado na Informação nº 52/2022 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEAP ([0809020](#)), faz-se necessária a prorrogação contratual, por mais 30 meses, para continuidade da prestação



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de serviços em comento, firmada entre este Tribunal e a empresa RG Segurança e Vigilância Ltda.

**16.** Depreende-se não haver óbice à pretensão da Administração, considerando que a Lei nº 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosos para a Administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – **a prestação de serviços a serem executados de forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original).

**17.** O primeiro requisito para se permitir a prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de **forma contínua**. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo ao serviço de segurança deste Tribunal. Veja-se a classificação da Corte de Contas:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

**18.** O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva “iguais e sucessivos períodos”. O presente contrato, vigente desde 23/12/2019, terá sua primeira prorrogação. Verifica-se que a prorrogação por 30 meses do referido contrato encontra-se dentro do limite de 60 (sessenta) meses, previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**19.** O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração**.

**20.** Em decisões anteriores, a orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional** foi que a referida aferição deve ser realizada por meio de **pesquisa atual de preços no mercado, vejamos:**

**Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**1.1.1.7.** Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

### **Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:**

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**21.** Contudo, em profunda análise do tema, o TCU formulou recomendações à SLTI/MPOG e à AGU, no intuito de implementar melhorias nos procedimentos de licitação e de execução de contratos para a prestação de serviços de natureza contínua, consubstanciadas no **Acórdão n. 1214/2013-TCU – Plenário**. Entre essas, a Corte de Contas Nacional alterou seu tradicional entendimento, fixando a seguinte orientação no tocante à aferição da vantajosidade nas prorrogações dos contratos:

### **Acórdão 1214/2013-TCU – Plenário:**

**9.1.17** a vantajosidade econômica para a prorrogação dos contratos de serviço continuada estará assegurada, **dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando:**

**9.1.17.1** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

**9.1.17.2** houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais;

**9.1.17.3** no caso de serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação forem inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MP. Se os valores forem superiores aos fixados pela SLTI/MP, caberá negociação objetivando a redução dos preços de modo a viabilizar economicamente as prorrogações de contrato; (sem grifo no original)

**22.** Referidas orientações foram normatizadas pelo **Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG**, inicialmente por meio da Instrução Normativa n. 02/2008 e, posteriormente, pela Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, a qual revogou aquele normativo, cujo item 7 do Anexo IX, assim dispõe:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

**a) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou em decorrência de lei;**

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE); e

**c) no caso dos serviços continuados de limpeza, conservação, higienização e de vigilância, os valores de contratação ao longo do tempo e a cada prorrogação serão iguais ou inferiores aos limites estabelecidos em ato normativo da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.**

**23.** Nesses termos, **poderá a Administração prorrogar o** contrato por mais 30 (trinta) meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 c/c a CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato n. 10/2019; o item 12, letra “c”, do Anexo IX, da Instrução Normativa nº 5/2017; e o item 9, do Anexo IX, da IN 05/2018. **Poderá, ainda, autorizar o acréscimo** com fundamento no artigo 65, I, “b” e seu § 1º, ambos da Lei n. 8.666/93 c/c a CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA e sua Subcláusula Primeira, todas do Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)).

## **IV – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA**

**24.** Ressalte-se que o Contrato n. 10/2019 ([0486187](#)) estabeleceu a obrigação de a Contratada oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

**CLÁUSULA NONA** Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar a GARANTIA no valor de R\$ 89.254,98 (oitenta e nove mil duzentos e cinquenta e quatro reais e noventa e oito centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, devendo ser observados os seguintes requisitos:

(...)





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Quinta** – A garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo quantitativo do contrato.

(...)

**25.** A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4<sup>a</sup> Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Ainda segundo as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 Plenário (Sumário) (Grifou-se)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. Acórdão 265/2010 Plenário. (Grifou-se)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. Acórdão 1573/2008 Plenário. (Grifou-se)

**26.** Nessa linha, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar complementação e renovação da garantia no valor de **5% (cinco por cento)** do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à exigência imposta pela **Cláusula NONA** do ajuste, conforme já sistematizado na Cláusula Sexta da minuta constante do evento [0812075](#).

## **V - ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO**

**27.** Por celeridade, juntou-se aos autos minuta do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato n. 10/2019 ([0812075](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.

**28.** Destarte, a minuta do Termo Aditivo nº 01 ao Contrato n. 10/2019 está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **VI – DA CONCLUSÃO**

**29.** Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade Gestora do Contrato (Informação nº 52/2022-SEAP, evento [0809020](#)), na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da comprovação da existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente, esta Assessoria Jurídica opina:

**a) pelo deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora ([0809020](#)) e planilhas de cálculos ([0809018](#) e [0809019](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 ([0807923](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **Cláusula DÉCIMA OITAVA** do referido contrato ([0812075](#));

**b) pela consequente atualização dos valores do Contrato nº 10/2019**, nos termos da Informação nº 52/2022-SEAP ([0809020](#)) e planilhas de cálculos ([0809018](#) e [0809019](#));

**c) pela observância da seguinte orientação:** como a repactuação pleiteada é retroativa a **1º/03/2022** e, considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato, os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2022/2024 desde **01/03/2022**, **a Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17; e

**d) pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual por mais 30 (TRINTA) meses**, mantidos





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo ([0812075](#)), com a necessária complementação da garantia, com fundamento na Cláusula Oitava e Nona do Contrato nº 10/2019, posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

**30.** Ademais, para cumprimento do **art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ([0812075](#)), estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

**31.** Enfatiza-se a necessária atualização da **garantia contratual**, já sistematizada na Cláusula Sexta da minuta do Termo Aditivo nº 01 com previsão na **Cláusula Nona, Subcláusula Quinta**, do Contrato n. 10/2019.

**32.** Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO nº 6/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), alterada pela Resolução n. 11/2022, incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **TAHIS SILVANA**

**IOCCA, Assessor Jurídico**, em 25/04/2022, às 14:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0818894** e o código CRC **21E641E4**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0001014-93.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Contrato n. 10/2019 – Prestação de serviço de vigilância armada ostensiva, preventiva, diurna e noturna nas unidades da Justiça Eleitoral em Porto Velho, firmado entre este Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e a empresa RG Segurança e Vigilância Ltda. - Repactuação de preços do ano de 2022 e prorrogação contratual.

**DESPACHO Nº 455 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa RG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA., nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 10/2019** (evento [0486187](#)), **pelo prazo de 30 (trinta) meses**, com início em 23 de dezembro de 2019, portanto em plena vigência.

Mediante a Informação nº 52/2022 (evento [0809020](#)), a Seção de Administração Predial (SEAP), unidade gestora do referido contrato, noticia a proximidade do término da vigência do ajuste, bem como solicitação de repactuação dos preços do contrato, pela contratada, tendo em vista a homologação da Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria - CCT 2022/2024, com vigência a partir de 1º/03/2022 até 28/02/2024 e data-base da categoria em 1º de março, manifestando-se, diante da vantajosidade assegurada no Anexo IX da Instrução Normativa 05/2017/SEGES/MPDG, pela prorrogação contratual por mais 30 (trinta) meses e pela repactuação solicitada.

Por fim, informa que não haverá necessidade, em decorrência da prorrogação e da repactuação, de reforço da Nota de Empenho n. 2022NE0000144, cujo saldo é suficiente para custeio da despesa no exercício de 2022 (evento [0809020](#)).

Com a minuta de Termo Aditivo, os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica que, após análise, opinou:

**a) pelo deferimento da repactuação** nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora (evento [0809020](#)) e planilhas de cálculos (eventos [0809018](#) e [0809019](#)), de acordo com a Convenção



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Coletiva de Trabalho 2022/2024 (evento [0807923](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, pelo Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário e pelo art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17**, ademais, reprise-se, com expressa previsão na **Cláusula DÉCIMA OITAVA** do referido contrato (evento [0812075](#));

**b)** pela consequente **atualização dos valores do Contrato nº 10/2019**, nos termos da Informação nº 52/2022-SEAP (evento [0809020](#)) e planilhas de cálculos (eventos [0809018](#) e [0809019](#));

**c)** pela observância da seguinte orientação: como a repactuação pleiteada é retroativa a **1º/03/2022** e, considerando que a contratada já está pagando a mão de obra vinculada ao contrato, os salários e benefícios conforme reajustado pela Convenção Coletiva de 2022/2024 desde **1º/03/2022**, a **Administração apenas arcará financeiramente com a diferença entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17; e

**d)** pela possibilidade jurídica da **prorrogação contratual por mais 30 (trinta) meses**, mantidos os demais termos e condições pactuados, materializada em Termo Aditivo (evento [0812075](#)), com a necessária complementação da garantia, com fundamento nas Cláusulas Oitava e Nona do Contrato nº 10/2019, posto que presentes os requisitos legais previstos no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93.

A Assessoria Jurídica também registrou sua aprovação aos termos da minuta juntada no evento [0812075](#) e a necessidade de atualização da garantia contratual prevista na Cláusula Nona, Subcláusula Quinta, do Contrato n. 10/2019 (evento [0818894](#)).

Nos mesmos termos, foi a manifestação da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SAOFC), constante do evento [0819900](#).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

No tocante ao pedido de **repactuação**, verifica-se que é decorrente da majoração dos salários da categoria e dos seus direitos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhistas, advindos da publicação da **Convenção Coletiva de Trabalho - CCT 2022** celebrada entre o sindicato dos vigilantes do Estado de Rondônia (sindicato classista) e o sindicato das empresas prestadoras de serviços de vigilância (sindicato patronal), com vigência prevista para o período de 1º/03/2022 a 28/02/2024 (eventos [0807877](#) e [0807879](#)).

Emerge dos autos que, no momento da formalização do pedido, também juntou a contratada uma planilha na qual foi consolidado o valor global dos serviços de vigilância com o reajuste 2022, a nova convenção coletiva que fundamenta a repactuação, e a comprovação do pagamento de seguro de vida para os empregados (eventos 0807920, 0807923 e 0807924). Atendidos, portanto, os requisitos exigidos para a repactuação, previstos no art. 53 da IN MPOG/SLTI nº 005/17 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Décima Oitava do Contrato.

Verifica-se também que, embora a convenção coletiva de trabalho, que se constitui fato gerador desta repactuação, tenha sido celebrada em 21/03/2022, seus **efeitos** retroagem à **data-base da categoria**, que é 1º de março (evento 0807923), sendo, portanto, **1º/03/2022, a data de início de vigência** deste novo ajuste, nos termos do inciso III do art. 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17, que também atende ao princípio da anualidade, consagrado do art. 56, c/c o art. 58, III, da mencionada Instrução Normativa.

Encontram-se, portanto, **atendidos os requisitos para esta repactuação**, nos termos do Contrato e da citada Instrução Normativa, como igualmente concluído pela Assessoria Jurídica.

Quanto à **prorrogação do contrato** administrativo, como bem asseverado pela Assessoria Jurídica, consoante dispõe o inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, o primeiro requisito permissivo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados são de natureza contínua, uma vez que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo ao serviço de segurança deste Tribunal.

O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: *“iguais e sucessivos períodos”*, situação que se amolda perfeitamente ao pleito da unidade gestora do contrato, de prorrogação pelo **período de mais 30 (trinta) meses**, lapso idêntico àquele inicialmente ajustado.

Cumpre registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi superado, pois se trata da primeira prorrogação do Contrato n. 10/2019.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O terceiro e último requisito reside em **preços e condições mais vantajosas para a Administração.**

Contudo, o posicionamento do Tribunal de Contas da União, atualmente, é de que a **vantajosidade econômica** para a prorrogação do contrato de serviço com mão de obra exclusiva, **estará assegurada, dispensando a realização de pesquisa de mercado, quando houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei.**

Assim, diante do **preenchimento dos requisitos legais e contratuais para a prorrogação e a repactuação do ajuste:**

**1. AUTORIZO O REGISTRO da repactuação de 10,56%,** sobre o valor mensal dos postos de vigilância do Contrato n. 10/2019, nos exatos termos demonstrados na informação da unidade gestora (evento 0809020) e planilhas de cálculos (eventos [0809018](#) e [0809019](#)), de acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2022/2024 (evento [0807923](#)), com fundamento no **art. 12 do Decreto Federal nº 9.507/18, no Acórdão TCU nº 1.563/2004 - Plenário, no art. 54 da IN SLTI/MPOG nº 005/17 e na Cláusula DÉCIMA OITAVA** do referido contrato (evento [0812075](#)), retroativa a 1º/3/2022, e o pagamento da diferença **entre os valores já pagos à contratada e aqueles objeto desta repactuação**, na forma prevista no contrato, nos termos do parágrafo único do artigo 58, da IN MPOG/SLTI nº 005/17;

**2. DETERMINO a consequente atualização do valor do Contrato nº 10/2019 no percentual de 1,35%,** que corresponde a R\$ 25.128,71 (vinte e cinco mil, cento e vinte e oito reais e setenta e um centavos), nos termos da Informação nº 52/2022-SEAP (evento [0809020](#));

**3. AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 10/2019 (evento 0486187), por mais 30 (trinta) meses,** com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Sétima do instrumento contratual supracitado, nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica (evento [0812075](#));

**4. DETERMINO a notificação da Contratada para complementar e renovar a garantia contratual,** em valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

correspondente a 5% (cinco por cento) do acrescido com a prorrogação e repactuação do contrato, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo**, válida até 90 (noventa) dias após o término da nova vigência contratual indicada, nos termos da Subcláusula Quinta da Cláusula Nona do Contrato Administrativo n. 10/2019, conforme já sistematizado na Cláusula Sexta da minuta de Termo Aditivo, constante do evento [0812075](#); e

**5. DETERMINO a verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, **das condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.

À SAOFC para prosseguimento.



---

Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 03/05/2022, às 15:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0821132** e o código CRC **A5B37373**.